



PROCESSO : 2023 34530 000002
UNIDADE GESTORA : 34530 – Fundo de Defesa Agropecuária
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2022
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 25/2023/PCA/CGE
SGD Nº 2023 09049 000705

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do Fundo de Defesa Agropecuária, vinculado à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, nos termos do inciso XII, art. 3º da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual, do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, do Fundo de Defesa Agropecuária, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças de responsabilidade dessa Pasta previstas no art. 10 da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2023.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

O Departamento de Contabilidade no exercício de 2022 estava sob a responsabilidade do servidor **Marcos Antônio Pires Silva** – Contador.

O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 004786/O-3, conforme certidão, às fls. 23.





2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 95 a 145, relativos ao exercício de 2022, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (Siafe-TO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Orçamento para o exercício de 2022, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.843, de 28 de dezembro de 2021, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo, determinou como crédito inicial para o Fundo de Defesa Agropecuária, o valor de R\$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais), tendo sido autorizado como suplementação, através de alteração, o valor de R\$ 2.686.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil reais), perfazendo um valor autorizado de R\$ 16.786.000,00 (dezesesseis milhões, setecentos e oitenta e seis mil reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício, conforme demonstrado no Anexo 11, às fls. 99.

2.2.1.1 Receita Realizada

Houve, no exercício de 2022, arrecadação bruta no valor de R\$ 14.721.826,63 (quatorze milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos), referente à taxa de inspeção, controle e fiscalização, remuneração de depósitos bancários, multas previstas em legislação específica, como também, houve deduções no valor de R\$ 113,02 (cento e treze reais e dois centavos), referentes à taxa de inspeção, controle e fiscalização, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 97.

A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um ótimo nível de execução com percentual de 104,41 %, acima do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	14.100.000,00	14.721.826,63	104,41
TOTAL	14.100.000,00	14.721.826,63	104,41

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 (sem fonte por UG)





FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
759 – Recursos Próprios	14.100.000,00	14.721.826,63	104,41
TOTAL	14.100.000,00	14.721.826,63	104,41

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 por UG (fonte)

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível bom de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 61,61%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	11.687.044,00	9.185.144,36	78,59
Despesas de capital	5.098.956,00	1.156.888,42	22,68
TOTAL	16.786.000,00	10.342.032,78	61,61

FONTE: SiafeTO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
759 – Recursos Próprios	16.786.000,00	10.342.032,78	61,61
TOTAL	16.786.000,00	10.342.032,78	61,61

FONTE: SiafeTO - Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Anexo 2 - Comparativo da Despesa Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 96, o montante das despesas de exercícios anteriores realizadas até 31/12/2022, foi de R\$ 122.101,56 (cento e vinte e dois mil, cento e um reais e cinquenta e seis centavos), que equivale a aproximadamente a 1,18% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 10.342.032,78 (dez milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trinta e dois reais e setenta e oito centavos).





2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial do Fundo de Defesa Agropecuária foi de R\$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais), sendo suplementado o valor de R\$ 5.022.232,00 (cinco milhões, vinte e dois mil, duzentos e trinta e dois reais) e reduzido o valor de R\$ 2.336.232,00 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e dois reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 16.786.000,00 (dezesesseis milhões, setecentos e oitenta e seis mil reais) conforme balancete, às fls. 190 a 207.

A abertura de créditos suplementares e especiais ao Orçamento do Estado, estão dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual para 2022, que é de 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária, conforme relatório de controle realizado pela Seplan, encaminhado por meio do Ofício SEPLAN nº 48/2023/GABSEC, SGD nº 2023/13019/000852.

2.2.1.5 Do Déficit/Superavit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 105 e 106, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período apresenta superávit de R\$ 4.379.793,85 (quatro milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos). Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a Execução Orçamentária, verifica-se um déficit efetivo de R\$ 1.119.126,03 (um milhão, cento e dezenove mil, cento e vinte e seis reais e três centavos), representando 10,82% das despesas realizadas, não tendo sido emitida justificativa, e conforme tabela abaixo:

Receitas Realizadas	14.721.826,63
Despesas Executadas	10.342.032,78
Superavit	4.379.793,85
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	2.907.868,15
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	-8.406.788,03
Saldo das Transferências	-5.498.919,88
Superavit	4.379.793,85
Deficit Efetivo	-1.119.126,03





2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 14.721.826,63 (quatorze milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 2.907.868,15 (dois milhões, novecentos e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 2.180.849,75 (dois milhões, cento e oitenta mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 9.445.806,10 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e seis reais e dez centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 10.342.032,78 (dez milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trinta e dois reais e setenta e oito centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 8.406.788,03 (oito milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e três centavos) e os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 785.772,01 (setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e um centavo), restando saldo de R\$ 9.721.757,81 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 109 a 112.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 114 a 115, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante no montante de R\$ 9.484.560,04 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e quatro centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, às fls. 118, demonstra um superávit financeiro de R\$ 7.565.597,11 (sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil,





quinhentos e noventa e sete reais e onze centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 9.721.757,81 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 2.156.160,70 (dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, cento e sessenta reais e setenta centavos), conforme Quadro do Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 116;

III) Não há registro de saldo de bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, visto que a Unidade Gestora em análise utiliza a estrutura física da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, conforme justificado às fls. 146;

IV) Não consta registro de saldo na conta contábil “Estoques”, uma vez que a unidade orçamentária utiliza a logística de materiais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, conforme justificado às fls. 147;

V) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 114, registra saldo no valor total de R\$ 9.721.757,81 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), que confere com o Balanço Financeiro e com o Balancete.

VI) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, compreendendo a somado dos saldos apresentados nas contas bancárias e aplicações, que confere com o Balancete às fls. 133 e com o termo de conferência de saldo de caixa às fls. 182, conforme discriminação abaixo:

- a) R\$ 43.119,75 (quarenta e três mil, cento e dezenove reais e setenta e cinco centavos) nas contas bancárias específicas (Banco do Brasil);
- b) R\$ 7.753,49 (sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos) de aplicações financeiras (Poupança);
- c) R\$ 2.046.373,21 (dois milhões, quarenta e seis mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e um centavos) de limite de saque com vinculação de pagamento;
- d) R\$ 7.624.511,36 (sete milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e onze reais e trinta e seis centavos) de limite de saque bloqueado.

VII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 115, totalizam um saldo de R\$ 253.604,27 (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quatro reais e vinte e sete centavos), correspondentes a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Obrigações Fiscais a Curto Prazo.

VIII) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme evidenciado no demonstrativo às fls. 115.





2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 116, um saldo no exercício atual de R\$ 14.293,46 (quatorze mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos) no Passivo Permanente.

Verifica-se ainda, que esse valor compõe o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário), às fls. 122, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2022, elevando a despesa de 10.342.032,78 (dez milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trinta e dois reais e setenta e oito centavos) para R\$ 10.356.326,24 (dez milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), incluindo esses passivos no exercício.

No exercício anterior, havia um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 1.252,55 (um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), havendo inscrição, no exercício de 2022, no valor de R\$ 13.040,91 (treze mil e quarenta reais e noventa e um centavos), resultando em um acréscimo da dívida, sendo, essa inscrição, informada em nota explicativa às fls. 144.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 19.789.938,00 (dezenove milhões, setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e oito reais) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 19.516.941,74 (dezenove milhões, quinhentos e dezesseis mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo no período, no montante de R\$ 272.996,26 (duzentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos), conforme demonstrado às fls. 119 e 120.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 9.721.757,81 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), às fls. 129.

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 275.951,71 (duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e





cinquenta e um reais e setenta e um centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, no valor de R\$ 286.040,07 (duzentos e oitenta e seis mil e quarenta reais e sete centavos), das atividades de investimentos, no valor negativo de R\$ 10.088,36 (dez mil, oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), que diminuindo do Caixa e Equivalente de Caixa inicial, no valor de R\$ 9.445.806,10 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e seis reais e dez centavos), resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 9.721.757,81 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos).

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício, no valor de R\$ 2.156.160,70 (dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, cento e sessenta reais e setenta centavos), deste montante, R\$ 12.000,00 (doze mil reais), refere-se a restos a pagar processados e R\$ 2.144.160,70 (dois milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e sessenta reais e setenta centavos), restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls. 109 a 112.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercício anterior, no valor de R\$ 1.173.382,61 (um milhão, cento e setenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), demonstrado, às fls. 107, do qual foi liquidado e pago R\$ 673.579,35 (seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), havendo cancelamento no valor de R\$ 499.803,26 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e três reais e vinte e seis centavos), não restando saldo, tendo sido informado em nota explicativa às fls. 144.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 108, foi pago o valor inscrito em 31 de dezembro do exercício anterior, correspondente a R\$ 87.503,61 (oitenta e sete mil, quinhentos e três reais e sessenta e um centavos), não restando saldo.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 24 a 81, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, com contribuição do **Fundo de Defesa Agropecuária**, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na





Lei Estadual nº 3.842/2021, que institui o Plano Plurianual, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.843/2021.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento no primeiro e segundo quadrimestre do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das ações orçamentárias previsto no Plano Plurianual, conforme demonstrado a seguir.

3.1 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual – PPA, da Lei Orçamentária Anual – LOA e do Sistema de Administração Financeira do Estado do Tocantins – Siafe-TO, durante o exercício de 2022, as 10 (dez) ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1148 – Desenvolvimento Agropecuário, representaram um orçamento autorizado de R\$ 16.118.000,00 (dezesseis milhões e cento e dezoito mil reais) às fls. 44 a 68.

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Metas Físicas			
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução (%)
Programa 1148 – Desenvolvimento Agropecuário											
3088	870.000,00	3.611.456,00	4.481.456,00	1.146.800,06	0,00	25,59	0,00	Unidade de serviço reformada/ampliada	6	11	183,33
4046	130.000,00	-37.886,00	92.114,00	59.914,00	59.914,00	65,04	65,04	Fiscalização realizada	166.000	195.384	117,70
4051	118.280,00	-8.000,00	110.280,00	30.337,50	30.337,50	27,51	27,51	Fiscalização/inspeção realizada	3.442	6.886	200,06
4079	4.615.825,00	308.776,00	4.924.601,00	4.488.974,13	3.920.896,50	91,15	79,62	Frota mantida	100	100	100,00
4080	3.271.500,00	-330.000,00	2.941.500,00	2.166.400,07	1.850.102,87	73,65	62,90	Unidade de serviço estruturada	100	100	100,00
4110	3.040.800,00	-412.776,00	2.628.024,00	1.221.792,80	1.112.750,01	46,49	42,34	Unidade de serviço atendida	100	100	100,00
4160	418.054,00	-95.450,00	322.604,00	265.547,09	263.723,63	82,31	81,75	Vigilância epidemiológica realizada	6.805	9.084	133,49
4308	600.981,00	-239.720,00	361.261,00	218.748,98	217.114,52	60,55	60,10	Curso e evento realizado	8	17	212,50
4318	116.375,00	-56.000,00	60.375,00	39.395,00	39.395,00	65,25	65,25	Fiscalização realizada em explorações pecuárias rurais	5.515	5.524	100,16
4496	250.185,00	-54.400,00	195.785,00	110.228,40	109.743,30	56,30	56,05	Fiscalização realizada	109.100	93.809	85,98
Total Geral	13.432.000,00	2.686.000,00	16.118.000,00	9.748.138,03	7.603.977,33	60,48	47,17				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Depreende-se da análise que o Fundo de Defesa Agropecuária, apresentou de forma geral, um regular desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 60,48% dos recursos autorizados.





c) Observa-se, que para as ações 4051 e 3088, apresentaram um baixo desempenho orçamentário e financeiro de 27,51% e 25,59%, respectivamente, entretanto, as ações ultrapassaram a execução da meta física planejada em 200,06% e 183,33%, não havendo alinhamento entre a meta física e financeira executada, tendo sido emitido justificativas, às fls. 49 a 50 e 66 a 68.

d) As ações 4160 e 4046, apresentaram um bom desempenho orçamentário e financeiro de 82,31% e 65,04%, respectivamente, entretanto, as ações ultrapassaram a execução da meta física planejada de 133,49% e 117,70%, não havendo alinhamento entre a meta física e financeira executada, tendo sido emitido justificativas, às fls. 44 a 48.

e) Em relação a ação 4080, obteve um bom desempenho orçamentário e financeiro de 73,65%, com 100% de execução da meta física planejada, não havendo alinhamento entre a meta física e financeira executada tendo sido emitido justificativa, às fls. 58 a 59.

f) Constata-se que as ações 4496 e 4110, apresentaram um regular desempenho orçamentário e financeiro de 56,30% e 46,49%, alcançando 85,98% e 100% de execução da meta física planejada, não havendo alinhamento entre a meta física e financeira executada, tendo sido emitido justificativa, às fls. 53 a 57 e 60 a 61.

g) Com relação a ação 4308, houve um regular desempenho orçamentário e financeiro de 60,55%, entretanto ultrapassou a execução da meta física planejada de 212,50%, não havendo alinhamento entre a meta física e financeira executada, tendo sido emitido justificativa, às fls. 64 e 65.

h) A ação 4318 definida como prioritária de acordo com o Anexo III da Lei Estadual nº 3.842, de 28 de dezembro de 2021, apresentou um bom desempenho orçamentário e financeiro de 65,25%, com execução da meta física planejada de 100,16%, contudo houve redução de recursos orçamentários na referida ação e não houve alinhamento entre a meta física e financeira executada, conforme demonstrativos, às fls. 51 e 52.

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne ao Fundo de Defesa Agropecuária, não houve recebimento de recursos de convênios da União, conforme demonstrado Anexo 10 às fls. 97, assim como não houve recursos concedidos a municípios e a instituições privadas sem fins lucrativos, conforme demonstra anexo 2, às fls. 96.





5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao Fundo de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para a Controladoria, foram analisados 02 (dois) processos, concernentes à adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequações, ainda, a Controladoria dedica-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

6. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade no Fundo de Defesa Agropecuária, no exercício em análise, conforme informado às fls. 185.

7. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) O Fundo de Defesa Agropecuária não possui quadro de servidores, conforme Declaração às fls. 183.

b) infere-se ainda, que os servidores responsáveis pelo Fundo estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pelo Diretor de Administração e Finanças às fls. 184.





8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Paulo Antônio de Lima, Lenito Coelho Abreu e outros** relacionados neste processo, às fls. 04 a 06, **COM RESSALVAS** aos itens 2.2.1.5; 2.2.3.1; 2.2.6 alínea “b” e 3.1 alínea “c” deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2023.

Assinado Eletronicamente

Eliane Maria Glória Cardoso
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

José Roberto Almeida Guimarães
Analista/Economista

Assinado eletronicamente

Mônica Gonçalves da Silva Carneiro
Gerente/Analista Contador

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo:

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente Parecer de Auditoria.

Em 19/02/2023.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente

